

21 de novembro de 2023

INQUÉRITO À UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO PELAS FAMÍLIAS
2023

MAIS DE METADE DA POPULAÇÃO DOS 16 AOS 74 ANOS TEM COMPETÊNCIAS DIGITAIS AO NÍVEL BÁSICO OU ACIMA DE BÁSICO

Em 2023, 25,9% das pessoas dos 16 aos 74 anos têm competências digitais ao nível básico e 30,0% acima de básico em 2023, obtendo-se uma proporção de 56,0% para o conjunto dos que detêm competências ao nível básico ou acima de básico, mais 0,7 pontos percentuais (p.p.) do que em 2021.

No mesmo ano, 85,8% da população residente dos 16 aos 74 anos utilizou a internet nos 3 meses anteriores à entrevista (mais 1,3 p.p. do que no ano anterior). Praticamente todos os jovens dos 16 aos 24 anos e todas as pessoas que se encontram a estudar utilizam a internet, e a taxa de utilizadores é superior a 98% para as pessoas (16-74 anos) que concluíram o ensino superior e secundário.

Comunicar e aceder a informação continua a ser a principal atividade realizada pelos utilizadores da internet: 92,2% trocaram mensagens instantâneas (via WhatsApp, Messenger, etc.), 87,5% enviaram ou receberam e-mails, 85,3% pesquisaram informação sobre produtos ou serviços, 82,4% telefonaram ou fizeram chamadas de vídeo, 79,7% leram notícias e 79,3% participaram em redes sociais. Mais de um terço (35,5%) dos utilizadores da internet encontraram conteúdos agressivos, discriminatórios ou humilhantes, principalmente ligados à nacionalidade, origem étnica ou racial (27,9%),

Cerca de 30% da população usa autenticação digital com Cartão de Cidadão (CC) ou Chave Móvel Digital (CMD) para aceder a serviços online. A utilização do CC ou da CMD como meio de autenticação online é mais expressiva no caso dos homens (32,7% da população masculina) do que no das mulheres (28,4%). Por idade, verifica-se que a utilização destes meios de autenticação é mais referida pelas pessoas dos 25 aos 34 anos (46,4%) e superior à média nacional nas faixas etárias até aos 54 anos. Entre os que não utilizam, 56,7% não o fazem porque não acedem a serviços que obriguem à sua utilização.

Em 2023, 43,9% das pessoas dos 16 aos 74 anos efetuaram encomendas pela internet nos 3 meses anteriores à entrevista, mais 1,2 p.p. do que em 2022, mantendo-se a desaceleração do indicador já verificada em 2022 (mais 2,3 p.p.), depois dos aumentos mais expressivos verificados em 2020 (mais 7 p.p.) e em 2021 (mais 5,2 p.p.).

89,0% dos agregados domésticos em Portugal têm acesso à internet em casa e 85,8% têm uma ligação por banda larga; as ligações que usam tecnologias fixas (83,8%) continuam a ser predominantes, comparativamente às tecnologias móveis (49,5%).

88,3% das famílias têm acesso a TV por subscrição e 33,1% têm acesso à TDT em casa. O acesso à televisão por subscrição é mais frequente entre as famílias com crianças (95,1%) e nas famílias com maiores recursos (94,5%), ao contrário da TDT que predomina nas famílias sem crianças (33,5%) e nas famílias com menores recursos (39,3%).



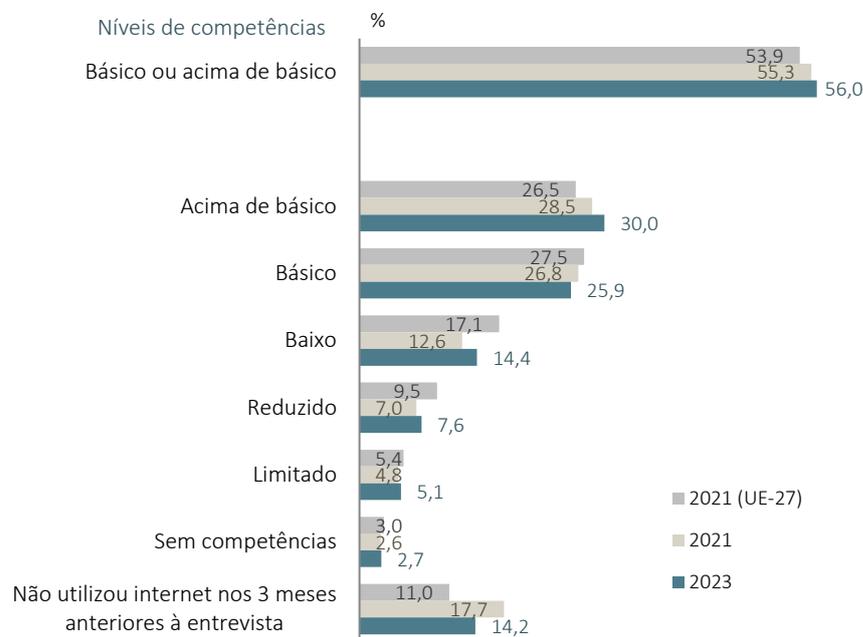
25,9% das pessoas dos 16 aos 74 anos com competências digitais ao nível básico e 30,0% acima de básico

A União Europeia adotou recentemente uma nova metodologia de cálculo do indicador de síntese relativo às competências digitais, baseado na informação recolhida no Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias e que agrega um conjunto de atividades em 5 áreas específicas – Literacia em informação e dados, Comunicação e participação, Criação de conteúdos digitais, Segurança, Resolução de problemas – classificadas numa escala de níveis de competências que varia entre “sem competências” (o nível mais baixo) e “acima de básico” (o nível mais alto deste indicador). Estes dados são recolhidos de 2 em 2 anos.

Os resultados obtidos para este indicador revelam que, em 2023, 25,9% das pessoas dos 16 aos 74 anos têm competências digitais ao nível básico e 30,0% acima de básico, obtendo-se uma proporção de 56,0% para o conjunto dos que detêm competências ao nível básico ou acima de básico, mais 0,7 pontos percentuais (p.p.) do que em 2021.

Em 2021, a percentagem da população com competências ao nível básico ou acima de básico registada em Portugal era superior à da União Europeia (UE-27) em 1,2 p.p., diferença explicada fundamentalmente por uma proporção mais elevada do nível “acima de básico” em Portugal (28,5%), comparativamente à UE-27 (26,5%).

Figura 1. Proporção de pessoas dos 16 aos 74 anos, por níveis de competências digitais, Portugal e UE-27, 2021 e 2023



Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias; EUROSTAT, *Survey on ICT Usage in Households and by Individuals* (dados extraídos em 15/11/2023).

Nota: os dados relativos a 2023 para a UE-27 ainda não se encontram disponíveis.

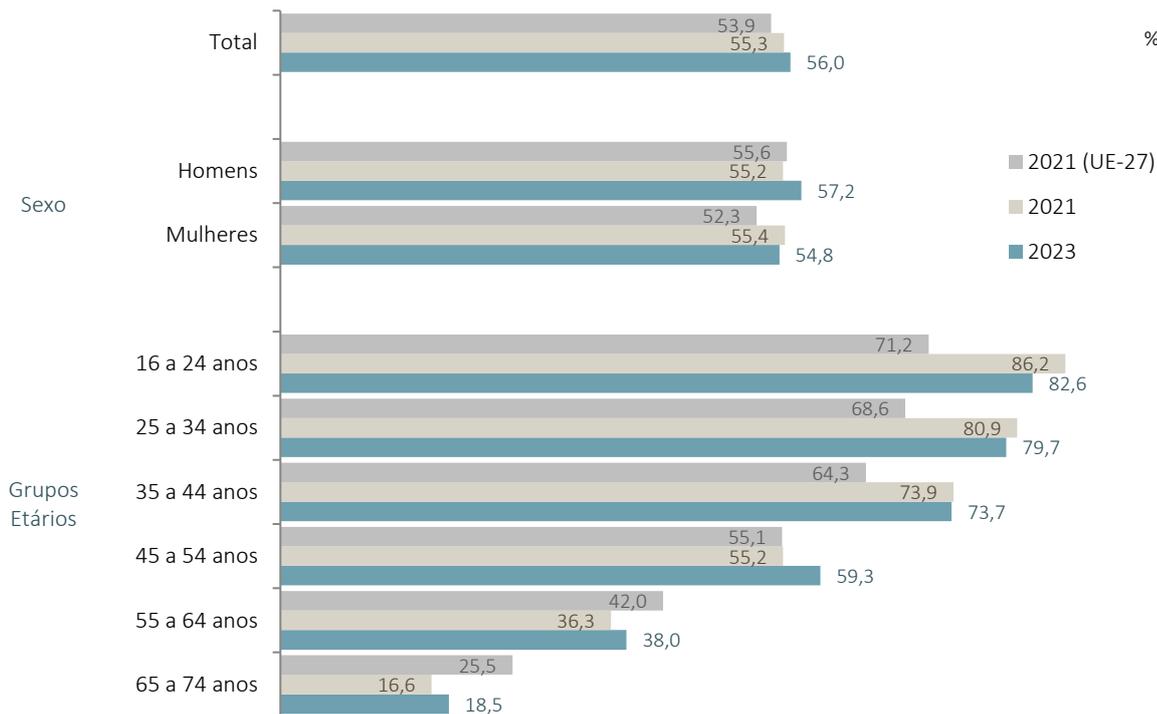


Em 2023, a proporção de homens com competências digitais ao nível básico ou acima de básico (57,2%) é mais elevada do que no caso das mulheres (54,8%) e é nos grupos etários até aos 54 anos que este nível de competências se apresenta superior à média nacional, principalmente no caso da população dos 16 aos 24 anos, em que 82,6% das pessoas evidenciam competências digitais ao nível básico ou acima de básico.

A percentagem de mulheres e a percentagem da população até aos 54 anos com competências digitais ao nível básico ou acima de básico eram, em 2021, inferiores nos resultados obtidos para a UE-27.

Em contrapartida, nos escalões etários mais avançados e em 2021, as proporções de pessoas com competências digitais ao nível básico ou acima de básico na UE-27 (42,0% para os que tinham entre 55 e 64 anos e 25,5% nas pessoas dos 65 aos 74 anos) eram superiores aos resultados relativos a Portugal (36,3% no grupo das pessoas dos 55 aos 64 anos e 16,6% no grupo dos 65 aos 74 anos).

Figura 2. Proporção de pessoas dos 16 aos 74 anos com competências digitais ao nível básico ou acima de básico, por sexo e grupos etários Portugal e UE-27, 2021 e 2023



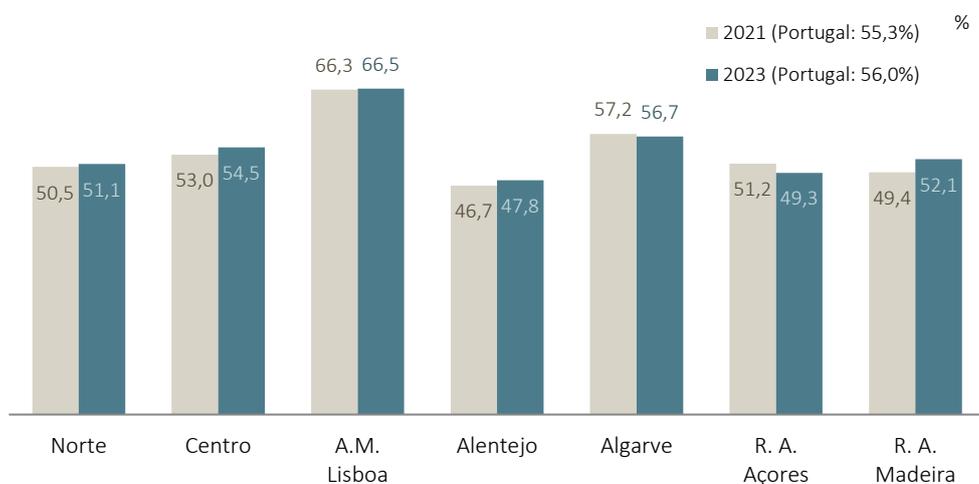
Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias; EUROSTAT, *Survey on ICT Usage in Households and by Individuals* (dados extraídos em 15/11/2023).

Nota: os dados relativos a 2023 para a UE-27 ainda não se encontram disponíveis.



As proporções dos que detêm competências digitais ao nível básico ou acima de básico são mais elevadas na Área Metropolitana de Lisboa (66,3% em 2021 e 66,5% em 2023) e na região do Algarve (57,2% em 2021 e 56,7% em 2023). A região do Alentejo é a região onde a proporção de pessoas com este nível de competências é mais baixo: 46,7% e 2021 e 47,8% em 2023.

Figura 3. Proporção de pessoas dos 16 aos 74 anos com competências digitais ao nível básico ou acima de básico, NUTS II, 2021 e 2023



Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias.

Analisadas isoladamente algumas das atividades que integram o indicador de síntese relativo às competências digitais, conclui-se que as atividades em que mais portugueses atingem pelo menos o nível básico de competências são a utilização de software de processamento de texto (51,4% em 2021 e 51,6% em 2023), a criação de ficheiros incluindo vários elementos, como texto, imagens, tabelas, gráficos, animação ou som (43,4% em 2021 e 43,5% em 2023) e a edição de fotografias, ficheiros de vídeo ou áudio (37,8% em 2021 e 40,3% em 2023).

A comparação com os resultados obtidos para a UE-27 em 2021 revela um défice na percentagem da população nacional com competências digitais para copiar ou mover ficheiros (menos 18,5 p.p. do que na UE-27), alterar definições de programas, equipamentos ou aplicações de internet (menos 18,3 p.p.), fazer download ou instalar software ou aplicações de internet (menos 14,2 p.p.) e usar funções avançadas do software de folha de cálculo (menos 3,3 p.p.).



Figura 4. Proporção de pessoas dos 16 aos 74 anos com competências digitais, por tipo de competências, Portugal e UE-27, 2021 e 2023



Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias; EUROSTAT, *Survey on ICT Usage in Households and by Individuals* (dados extraídos em 15/11/2023).

Nota: os dados relativos a 2023 para a UE-27 ainda não se encontram disponíveis.

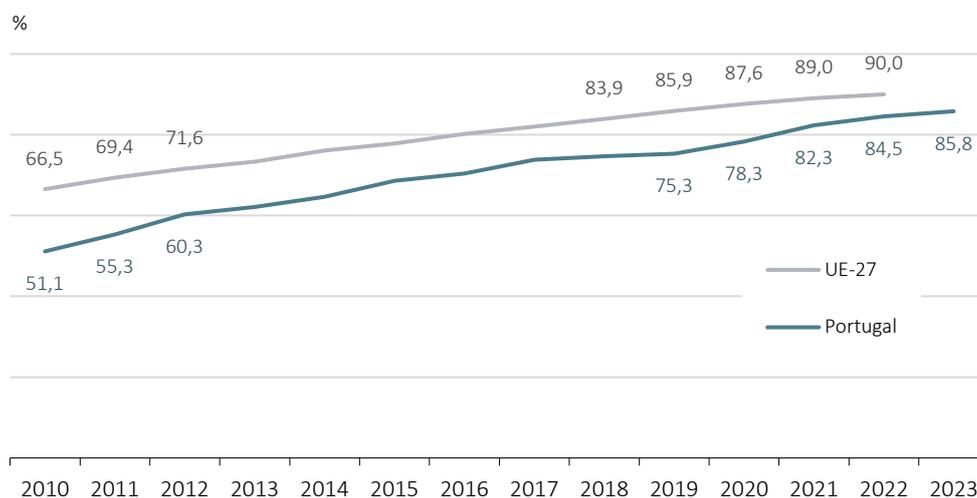


Abrandamento no crescimento da proporção de utilizadores de internet

Em 2023, 85,8% da população residente dos 16 aos 74 anos utilizou a internet nos 3 meses anteriores à entrevista (mais 1,3 p.p. do que no ano anterior), resultado que reforça o abrandamento da taxa de crescimento já verificado em 2022 (2,2 p.p.), comparativamente ao registado no biénio anterior, caracterizado pela pandemia COVID-19: mais 3,0 p.p. em 2020 e mais 4,0 p.p. em 2021.

A proporção de utilizadores da internet obtida para Portugal em 2022¹ (84,5%) continuava a apresentar-se menor do que a média da UE-27 no mesmo ano (90,0%), mas mantendo a convergência para os valores da UE-27 observada desde 2010.

Figura 5. Proporção de pessoas dos 16 aos 74 anos que utilizaram internet nos 3 meses anteriores à entrevista, Portugal e UE-27, 2010-2023



Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias; EUROSTAT, Survey on ICT Usage in Households and by Individuals (dados extraídos em 15/11/2023).

Nota: os dados relativos a 2023 para a UE-27 ainda não se encontram disponíveis.

A proporção de mulheres que utiliza a internet (85,0%) continua a ser, em 2023, inferior à verificada para os homens (86,6%).

Praticamente todos os jovens dos 16 aos 24 anos e todas as pessoas que se encontram a estudar utilizam a internet. A taxa de utilizadores de internet é ainda superior a 90% para a população dos 25 aos 54 anos, para as pessoas (16-74 anos) que concluíram níveis de ensino superior (98,8%) e secundário (98,1%), para as que têm um emprego (94,7%) e para as que pertencem a agregados domésticos com rendimentos mais elevados² (97,0% no 5.º quintil e 93,8% no 4.º quintil).

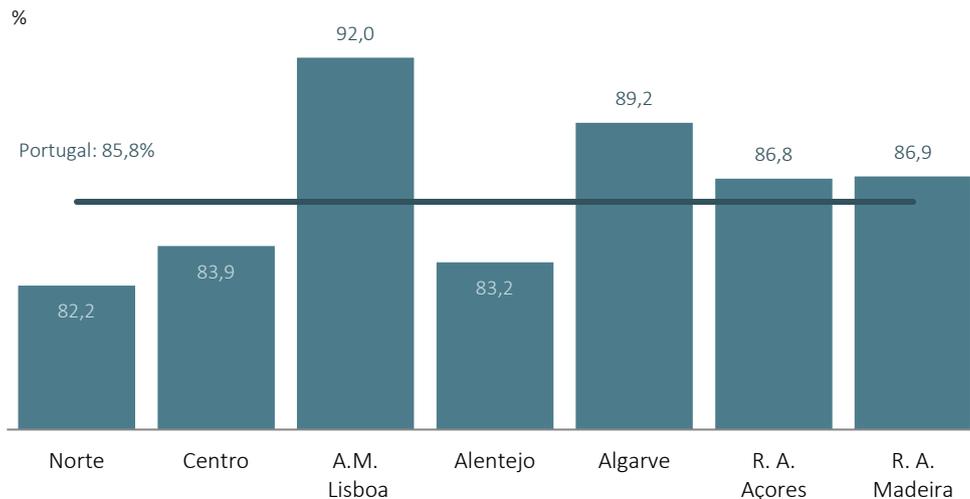
¹ Ano mais recente para o qual estão disponíveis dados para a UE-27.

² Rendimento monetário líquido mensal por adulto equivalente.



As maiores proporções de utilizadores de internet registam-se na Área Metropolitana de Lisboa (92,0%), no Algarve (89,2%) e nas Regiões Autónomas da Madeira (86,9%) e dos Açores (86,8%). A região Norte apresenta a proporção mais baixa de utilizadores de internet (82,2%).

Figura 6. Proporção de pessoas dos 16 aos 74 anos que utilizaram internet nos 3 meses anteriores à entrevista, NUTS II, 2023



Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias.

A comunicação continua a ser o principal objetivo de utilização da internet

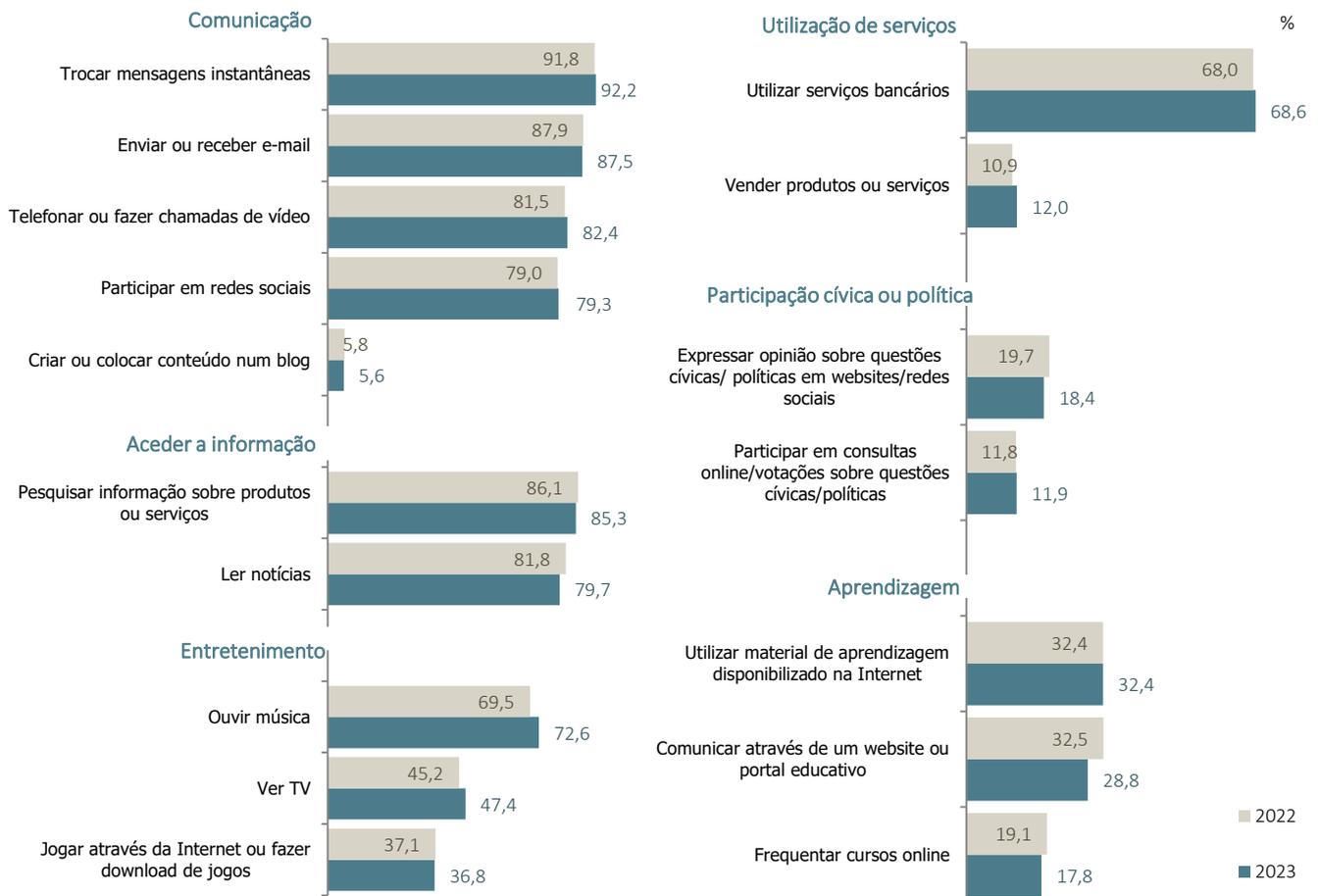
Em 2023, comunicar e aceder a informação continua a ser a principal atividade realizada pelas pessoas dos 16 aos 74 anos que utilizaram a internet nos 3 meses anteriores à entrevista: 92,2% trocaram mensagens instantâneas (via WhatsApp, Messenger, etc.), 87,5% enviaram ou receberam e-mails, 85,3% pesquisaram informação sobre produtos ou serviços, 82,4% telefonaram ou fizeram chamadas de vídeo, 79,7% leram notícias e 79,3% participaram em redes sociais.

Ouvir música (72,6%) e utilizar serviços bancários (68,6%) são ainda atividades realizadas por mais de dois terços dos utilizadores de internet.

As atividades que têm uma menor participação dos utilizadores de internet são criar ou colocar conteúdo num blog (5,6%), participar em consultas online/votações sobre questões cívicas/políticas (11,9%) e vender produtos ou serviços (12,0%).



Figura 7. Proporção de pessoas dos 16 aos 74 anos que utilizaram internet nos 3 meses anteriores à entrevista, por atividades realizadas, 2023



Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias.

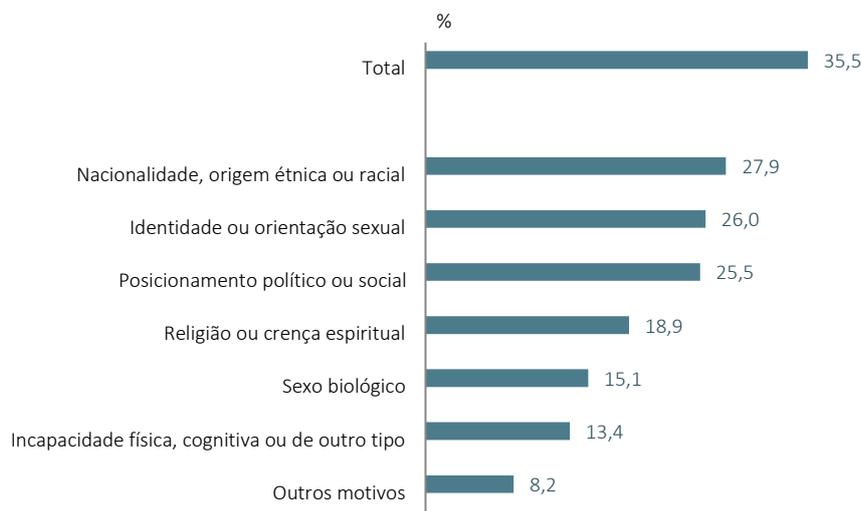
27,9% dos internautas encontraram conteúdos discriminatórios relacionados com a nacionalidade ou origem étnica ou racial

Em 2023, o questionário do Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias incluiu uma pergunta sobre a existência na internet de conteúdos agressivos, discriminatórios ou humilhantes para determinadas pessoas ou grupos de pessoas.

Mais de um terço (35,5%) das pessoas com idade dos 16 aos 74 anos indicaram que, durante a utilização da internet nos 3 meses anteriores à entrevista, encontraram conteúdos que percecionaram como agressivos, discriminatórios ou humilhantes. Os motivos associados a esses conteúdos centravam-se essencialmente em questões ligadas à nacionalidade, origem étnica ou racial (27,9%), à identidade ou orientação sexual (26,0%) e posicionamento político ou social (25,5%). Motivos como religião ou crença espiritual, sexo ou incapacidades foram referidos por menores proporções de pessoas (entre 18,9% e 13,4%).



Figura 8. Proporção de pessoas dos 16 aos 74 anos que nos 3 meses anteriores à entrevista encontraram na internet conteúdos agressivos, discriminatórios ou humilhantes, por motivo da discriminação, 2023



Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias.

69,6% das pessoas contactaram com organismos públicos pela internet

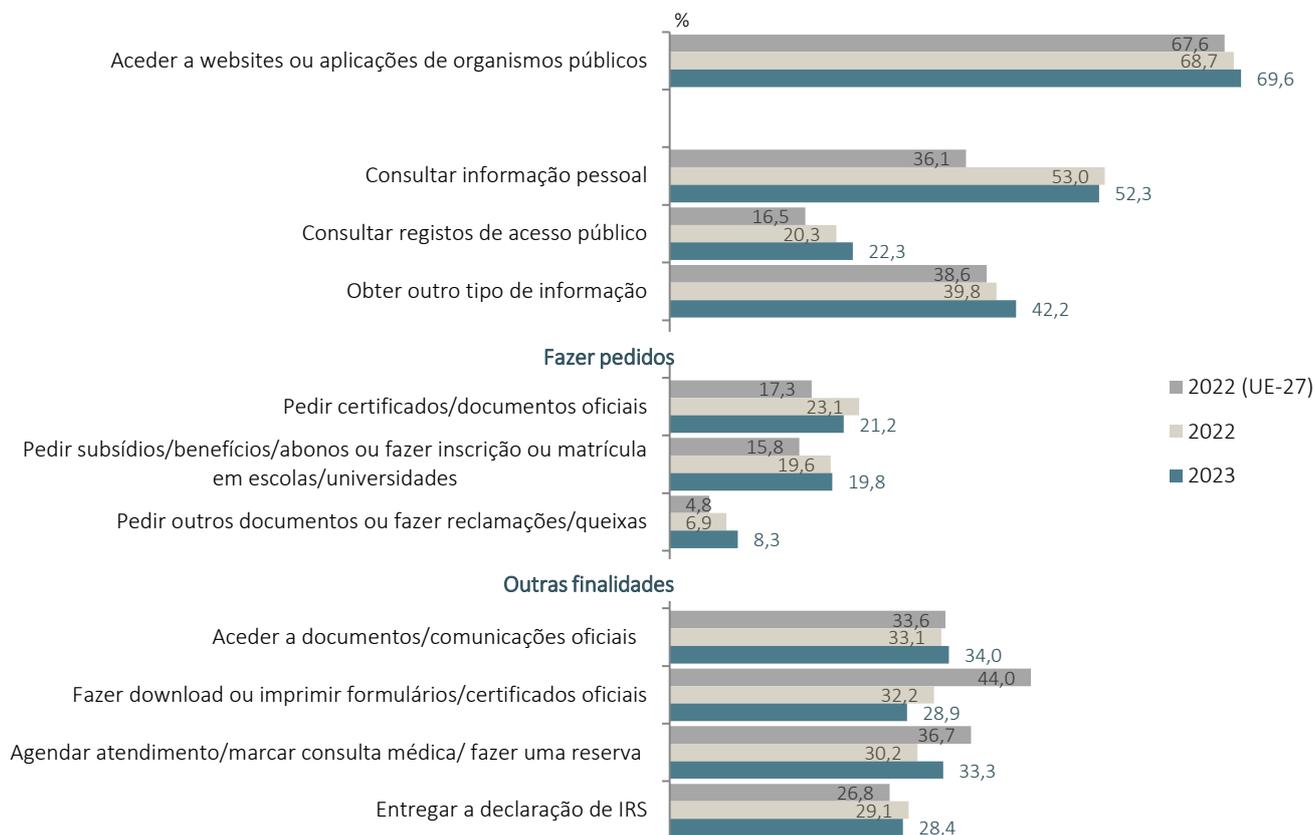
Em 2023, 69,6% das pessoas dos 16 aos 74 anos em Portugal (mais 0,9 p.p. do que em 2022) utilizaram a internet nos 12 meses anteriores à entrevista para contactarem com organismos públicos, acedendo aos websites ou aplicações destes organismos.

As principais finalidades de acesso a websites ou aplicações dos organismos foram a obtenção de informação, em particular, a consulta de informação pessoal (52,3%) e a obtenção de outro tipo de informação, que não informação pessoal nem registos de acesso público (42,2%).

A proporção de pessoas em Portugal que contactaram com organismos públicos em 2022 posicionava-se 1,1 p.p. acima da média da União Europeia (67,6%). Para a maioria das finalidades de acesso, as proporções de utilizadores eram mais elevadas em Portugal do que na UE-27, exceto no que respeita a fazer download ou imprimir formulários/certificados oficiais (menos 11,8 p.p. do que a UE-27), agendar atendimento/marcas consulta médica/ fazer uma reserva (menos 6,5 p.p.) e aceder a documentos/comunicações oficiais (menos 0,5 p.p.).



Figura 9. Proporção de pessoas dos 16 aos 74 anos que acederam a websites de organismos públicos nos 12 meses anteriores à entrevista, por finalidade do acesso, Portugal e UE-27, 2022-2023



Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias; EUROSTAT, Survey on ICT Usage in Households and by Individuals (dados extraídos em 15/11/2023).

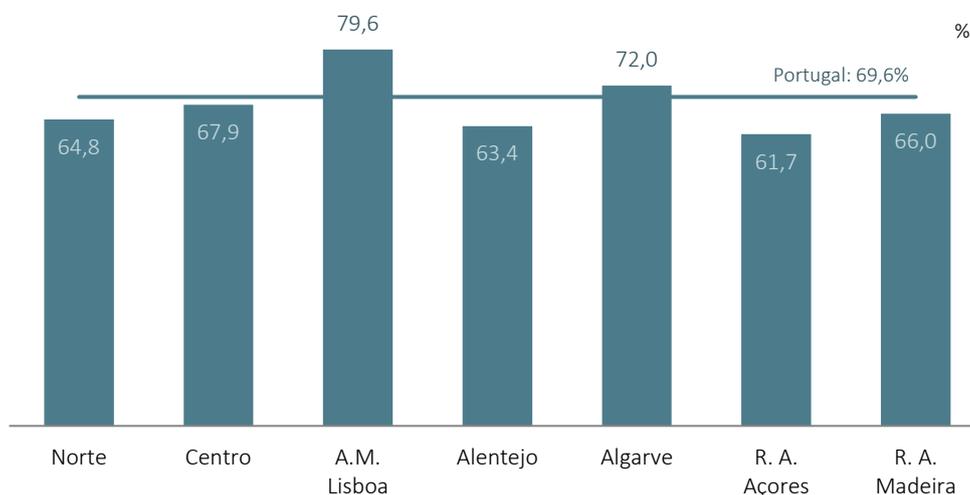
Nota: os dados relativos a 2023 para a UE-27 ainda não se encontram disponíveis.

Para a maioria das pessoas a entrega da declaração do IRS continua a ser feita através de website, ainda que essa entrega seja feita principalmente por outras pessoas, por exemplo um familiar, amigo ou contabilista (47,8%) e menos pela própria pessoa (28,4%).

A Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve são as regiões com maiores proporções de pessoas que acedem a websites de organismos públicos, com 79,6% e 72,0% de pessoas, respetivamente.



Figura 10. Proporção de pessoas dos 16 aos 74 anos que acederam a websites de organismos públicos nos 12 meses anteriores à entrevista, NUTS II, 2023



Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias.

Em 2023, o acesso a websites de organismos públicos é muito semelhante entre homens (69,8%) e mulheres (69,4%).

O acesso àqueles websites é mais frequente nas faixas etárias até aos 54 anos e principalmente entre as pessoas dos 25 aos 34 anos (90,8%). É também superior entre as pessoas que completaram o ensino superior (95,0%) ou o secundário (87,8%), entre a população empregada (81,6%) e os estudantes (80,6%) e para as que pertencem a famílias com um rendimento situado no 4.º (83,2%) e no 5.º (89,9%) quintis de rendimento por adulto equivalente.

Cerca de 30% da população usa autenticação digital com Cartão de Cidadão ou Chave Móvel Digital

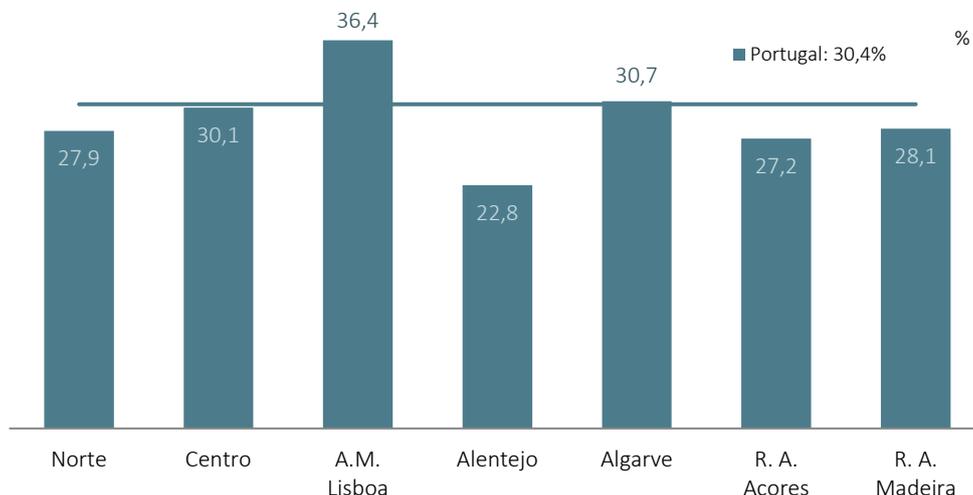
Em 2023, o Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias incluiu, pela primeira vez, algumas perguntas sobre a utilização do Cartão de Cidadão (CC) e da Chave Móvel Digital (CMD) como meios de autenticação para acesso a serviços online³. Os resultados obtidos revelam que 30,4% da população dos 16 aos 74 anos utilizou estes meios de autenticação para aceder a serviços online nos 12 meses anteriores à entrevista.

É na Área Metropolitana de Lisboa que existem mais utilizadores destes meios de autenticação (36,4%) e menos na região do Alentejo (22,8%). Perto da referência nacional encontram-se a região do Algarve, com uma proporção 30,7%, e a região do Centro, com 30,1%.

³ Cartão de Cidadão (CC) e Chave Móvel Digital (CMD) são meios de autenticação reconhecidos na legislação nacional e disponibilizados no acesso a serviços online de várias entidades, públicas ou privadas.



Figura 11. Proporção de pessoas dos 16 aos 74 anos que utilizaram CC ou CMD para autenticar e aceder a serviços online nos 12 meses anteriores à entrevista, NUTS II, 2023



Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias.

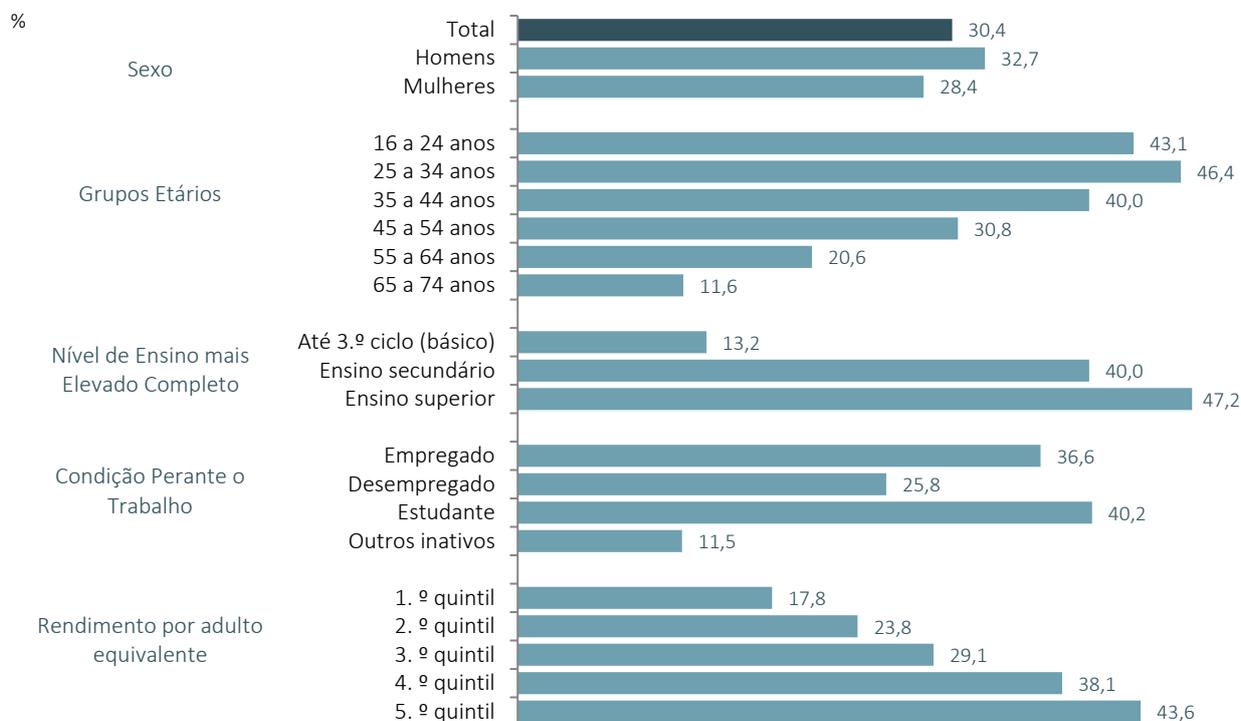
A utilização do CC ou da CMD como meio de autenticação online é mais expressiva no caso dos homens (32,7% da população masculina) do que no das mulheres (28,4%).

Por idade, a utilização destes meios de autenticação é mais referida pelas pessoas dos 25 aos 34 anos (46,4%) e superior à média nacional nas faixas etárias até aos 54 anos. Por condição perante o trabalho, são os estudantes (40,2%) e a população empregada (36,6%) quem mais refere usar estes meios de autenticação.

As proporções de utilização destes meios de autenticação online são mais elevadas na população dos que completaram o ensino superior (47,2%) ou secundário (40,0%) e entre os que pertencem a famílias com maiores rendimentos, nomeadamente as posicionadas no 4.º (38,1%) e no 5.º (43,6%) quintis de rendimento por adulto equivalente.



Figura 12. Proporção de pessoas dos 16 aos 74 anos que utilizaram CC ou CMD para autenticação e acesso a serviços online nos 12 meses anteriores à entrevista, por características sociodemográficas, 2023



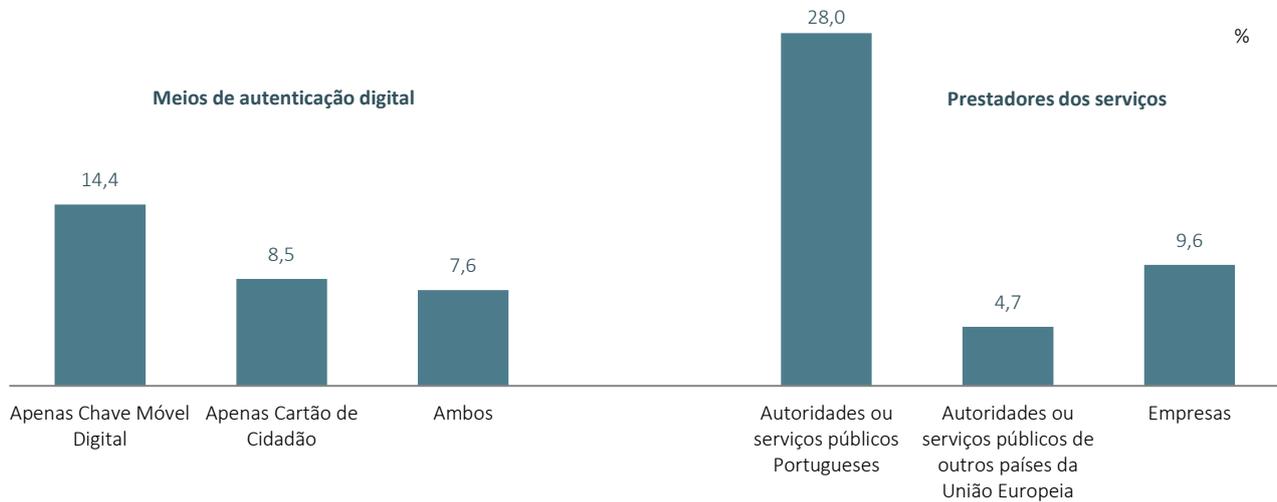
Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias.

Para efetuar a autenticação online, a população residente (16-74 anos) usa sobretudo a CMD, verificando-se que 14,4% das pessoas dos 16 aos 74 anos apenas usam CMD e 7,6% usam CC, mas também Cartão de Cidadão (CC). A proporção das pessoas que usam CC com recurso a leitor de cartões e código PIN (8,5%) situa-se 5,9 p.p. abaixo da proporção dos que apenas usam CMD.

Estes meios de autenticação são usados essencialmente para aceder a serviços das autoridades ou serviços públicos portugueses (28,0%). O uso de CC ou CMD na autenticação e acesso a serviços prestados por empresas é feito por cerca de 9,6% das pessoas, e 4,7% refere usar estes meios para aceder a serviços públicos de outros países da União Europeia.



Figura 13. Proporção de pessoas dos 16 aos 74 anos que utilizaram CC ou CMD para autenticação e acesso a serviços online nos 12 meses anteriores à entrevista, por meio de autenticação utilizado e por tipo de prestador do serviço, 2023



Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias.

56,7% não utilizam autenticação com Cartão de Cidadão ou Chave Móvel Digital porque não acedem a serviços que obriguem à sua utilização

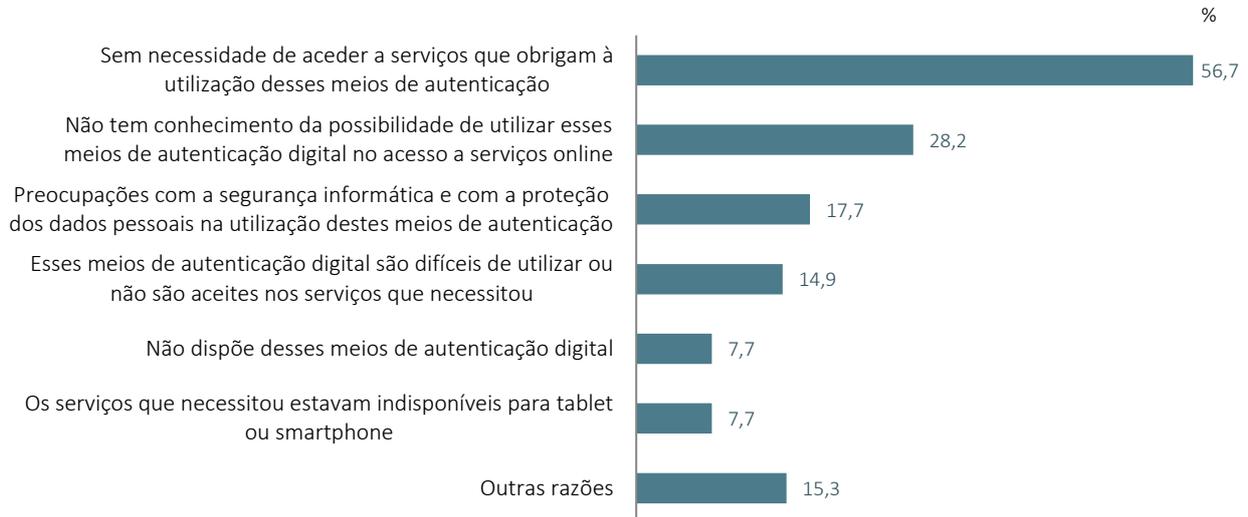
No conjunto das pessoas que não utilizaram CC nem CMD para fazer autenticação e aceder a serviços online, mais de metade (56,7%) indicaram não o ter feito por não terem necessidade de aceder a serviços que obriguem ao seu uso.

Verifica-se ainda a existência de uma proporção significativa de pessoas (28,2%) que não têm conhecimento da possibilidade de usar estes meios para se autenticar e aceder a serviços online e 7,7% referiram não dispor destes meios de autenticação digital.

As preocupações com a segurança e a proteção dos dados pessoais e a dificuldade de utilizar estes meios são razões apontadas por 17,7% e 14,9%, respetivamente, dos não utilizadores destes meios de autenticação. A inadequação dos serviços a uma utilização no smartphone ou tablet foi indicada como motivo para a não utilização deste tipo de autenticação por 7,7% das pessoas.



Figura 14. Proporção de pessoas dos 16 aos 74 anos que não utilizaram CC nem CMD para autenticação e acesso a serviços online nos 12 meses anteriores à entrevista, por razão de não utilização, 2023



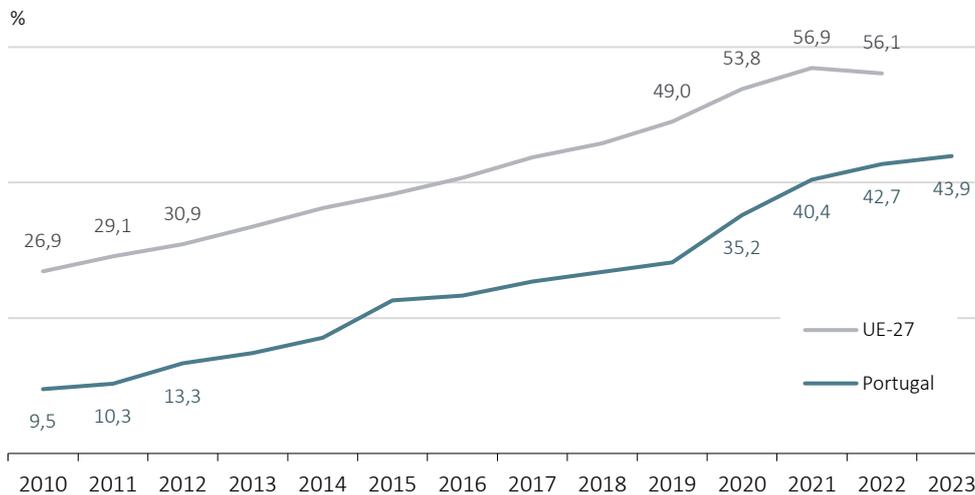
Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias.

Utilização de Comércio Eletrónico na UE-27 superior à observada em Portugal, em 13,4 pontos percentuais

Em 2023, 43,9% das pessoas dos 16 aos 74 anos efetuaram encomendas pela internet nos 3 meses anteriores à entrevista, mais 1,2 p.p. do que em 2022, mantendo-se a desaceleração do indicador já verificada em 2022 (mais 2,3 p.p.), depois dos aumentos mais expressivos verificados em 2020 (mais 7 p.p.) e em 2021 (mais 5,2 p.p.).



Figura 15. Proporção de pessoas dos 16 aos 74 anos que utilizaram comércio eletrónico nos 3 meses anteriores à entrevista, Portugal e UE-27, 2010-2023



Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias; EUROSTAT, Survey on ICT Usage in Households and by Individuals (dados extraídos em 15/11/2023).

Nota: os dados relativos a 2023 para a UE-27 ainda não se encontram disponíveis.

Portugal continua a apresentar níveis de utilização de comércio eletrónico mais baixos do que a média da União Europeia: em 2022, 56,1% dos residentes na UE-27 efetuaram encomendas pela internet nos 3 meses anteriores à entrevista, 13,4 p.p. mais do que a proporção registada em Portugal (42,7%).

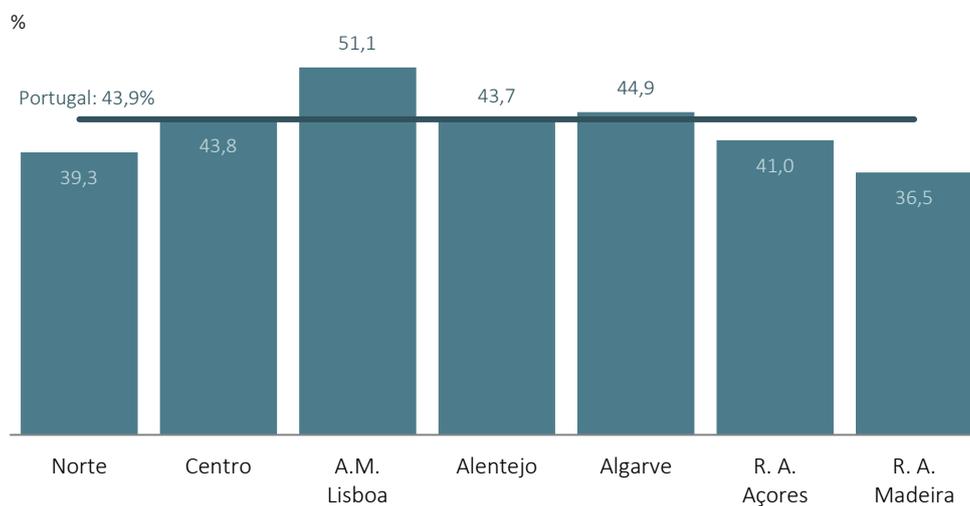
Em 2023, continua a verificar-se que a proporção de mulheres que efetuaram encomendas pela internet (44,5%) é superior à dos homens (43,3%), ainda que a diferença se tenha reduzido de 3,8 p.p. em 2022 para 1,2 p.p. em 2023.

A utilização de comércio eletrónico é também significativamente mais elevada no grupo etário dos 25 aos 34 anos (75,2% de utilizadores), nos utilizadores com ensino superior (68,3%) ou secundário (56,8%), que são estudantes (61,3%) ou se encontram a trabalhar (53,4%), e entre os que se situam nos dois quintis de rendimento mais elevados (de 56,2% a 62,0%).

A Área Metropolitana de Lisboa (51,1%) e o Algarve (44,9%) apresentam as proporções mais elevadas de utilizadores de comércio eletrónico. Destacam-se ainda a região Centro (43,8%) e do Alentejo (43,7%) com proporções muito próximas da obtida para o conjunto do país (43,9%).



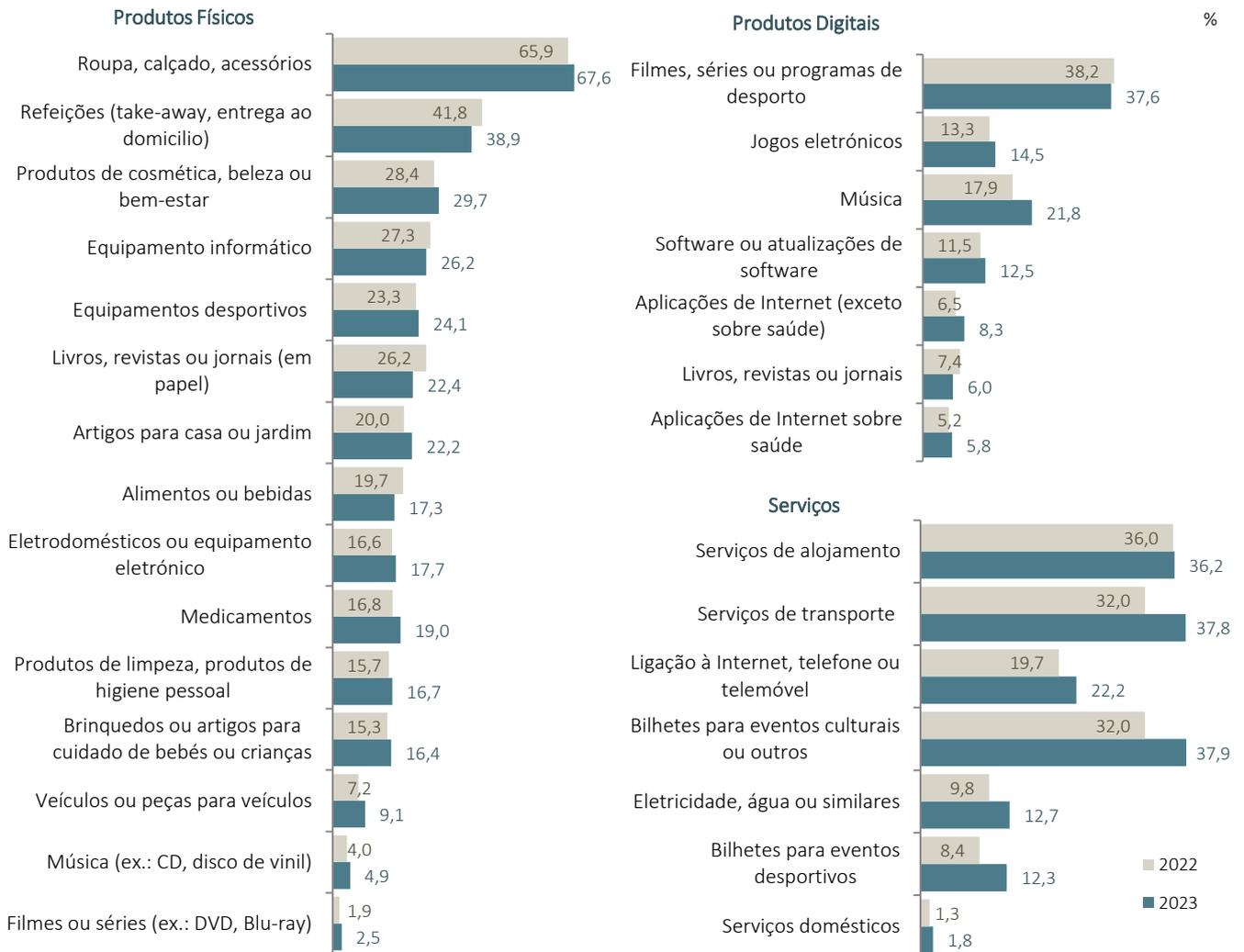
Figura 16. Proporção de pessoas dos 16 aos 74 anos que utilizaram comércio eletrónico nos 3 meses anteriores à entrevista, NUTS II, 2023



Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias.



Figura 17. Proporção de pessoas dos 16 aos 74 anos que utilizaram comércio eletrónico nos 3 meses anteriores à entrevista, por tipo de produtos ou serviços encomendados, Portugal, 2022-2023



Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias.

Os produtos físicos continuam a ser o tipo de produto que mais utilizadores encomendam (97,5% encomendaram pelo menos um produto físico), mas a aquisição de serviços é o que tem registado um maior crescimento desde 2020 (passando de 47,8% em 2020 para 69,8% em 2023).

Os principais produtos ou serviços encomendados em 2023 foram, tal como em anos anteriores, a roupa, calçado e acessórios de moda (67,6%), as refeições em takeaway ou entrega ao domicílio (38,9%) e os filmes, séries ou programas de desporto em formato digital (37,6%).

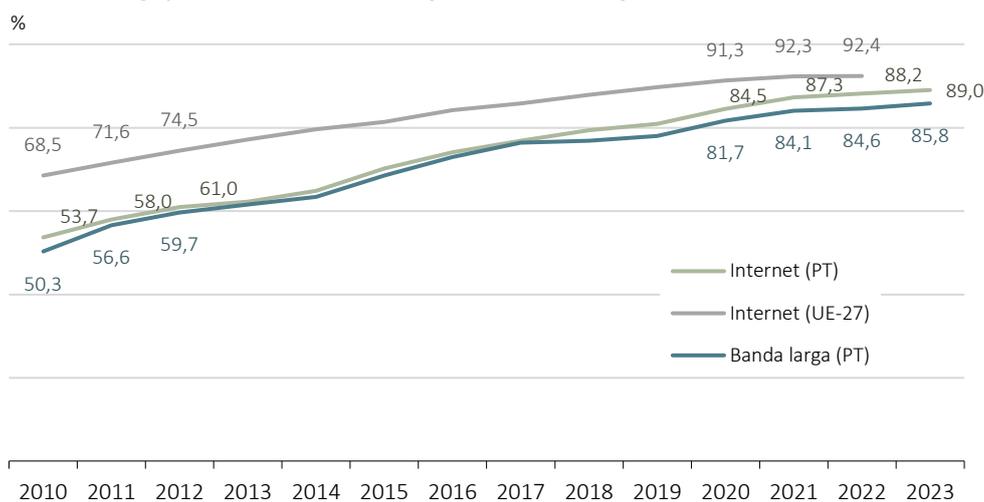


No que respeita a serviços adquiridos pela internet, em 2023 continuou a verificar-se uma tendência de crescimento na proporção de utilizadores que adquiriram bilhetes para eventos culturais (passando de 32,0% em 2022 para 37,9% em 2023) e serviços de transporte (de 32,0% em 2022 para 37,8% em 2023).

89,0% dos agregados domésticos em Portugal têm acesso à internet em casa, principalmente através de tecnologia fixa

Em 2023, 89,0% dos agregados domésticos em Portugal têm acesso à internet em casa e 85,8% têm uma ligação por banda larga. Estes resultados indicam crescimentos de 0,8 pontos percentuais (p.p.) na ligação à internet e de 1,2 p.p. na ligação por banda larga em relação a 2022.

Figura 18. Proporção de agregados familiares com ligação à internet e ligação através de banda larga em casa, Portugal e UE-27, 2010-2023



Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias; EUROSTAT, Survey on ICT Usage in Households and by Individuals (dados extraídos em 15/11/2023).

Nota: os dados relativos a 2023 para a UE-27 ainda não se encontram disponíveis.

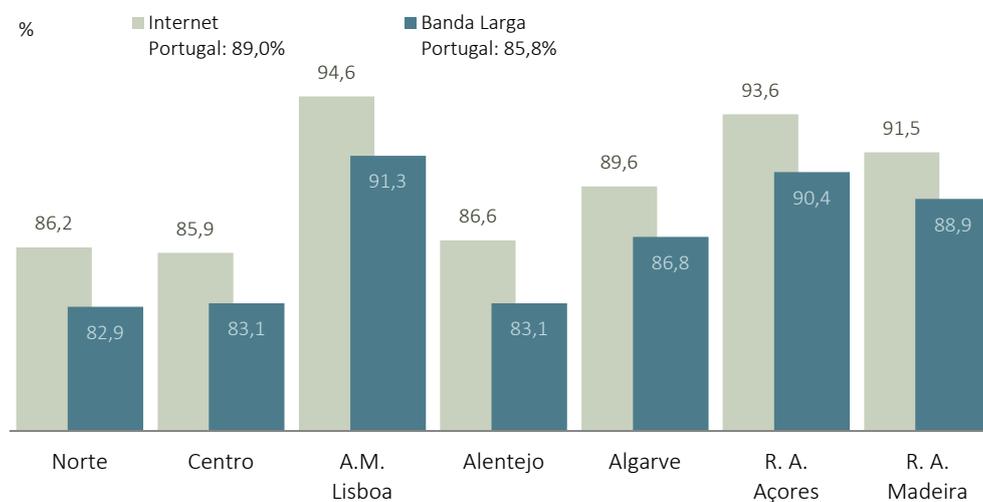
Se compararmos com o nível de acesso existente em Portugal em 2010, o acesso à internet em casa e o acesso através de banda larga em casa aumentaram mais de 35 p.p., reduzindo-se a diferença em relação aos níveis de acesso registados na média europeia (UE-27). Em 2023, a proporção de agregados com acesso à internet em casa encontrava-se 3,4 p.p. abaixo da proporção obtida para a UE-27 no ano anterior⁴, quando em 2010 a diferença era de cerca de 15 p.p.

⁴ Ano mais recente para o qual estão disponíveis dados para a UE-27.



Em 2023, a ligação à internet em casa e a ligação por banda larga continuam a ser mais frequentes na Área Metropolitana de Lisboa, nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e no Algarve. É na região Centro que, desde 2022, se registam as taxas mais baixas: em 2023, o acesso à internet abrangia 85,9% dos agregados desta região e o acesso à banda larga 83,1%.

Figura 19. Proporção de agregados familiares com ligação à internet e ligação através de banda larga em casa, NUTS II, 2023



Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias.

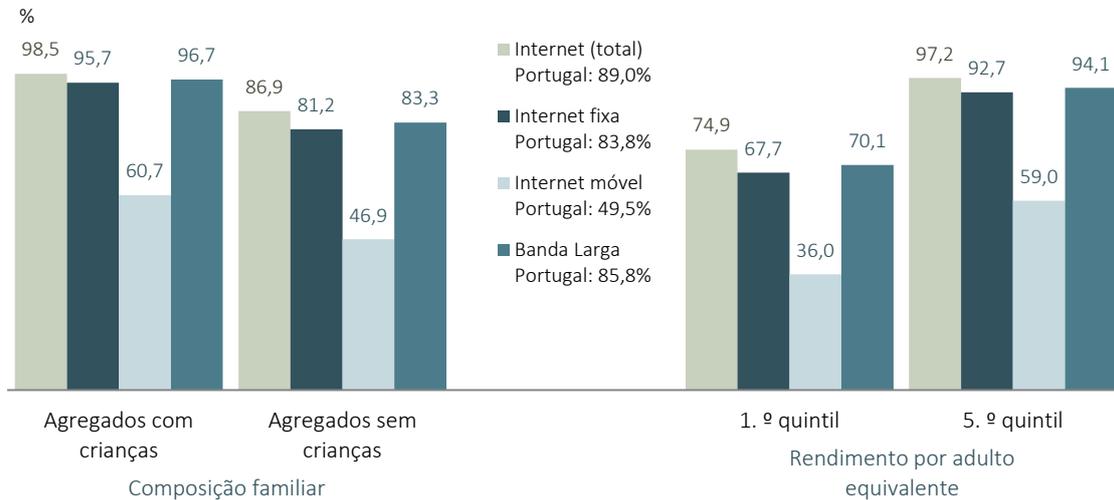
As taxas de acesso à internet são superiores entre as famílias com crianças até 15 anos, em mais 11 p.p. do que nas famílias sem crianças, obtendo-se proporções que variam entre 98,5% no acesso à internet e 96,7% no acesso em banda larga.

Por classes de rendimento⁵, é entre os agregados do quintil mais elevado (20% dos agregados com maiores rendimentos) que se encontram níveis mais elevados de acesso à internet (97,2%) e banda larga (94,1%). Para os 20% de agregados com menores rendimentos (1.º quintil), as proporções de acesso à internet em casa e acesso através de banda larga são mais baixas, em mais de 20 p.p. (74,9% e 70,1%, respetivamente).

⁵ Rendimento monetário líquido mensal por adulto equivalente.



Figura 20. Proporção de agregados domésticos com ligação à internet (total, fixa e móvel), e ligação através de banda larga em casa, por composição familiar e quintis de rendimento por adulto equivalente, Portugal, 2023



Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias.

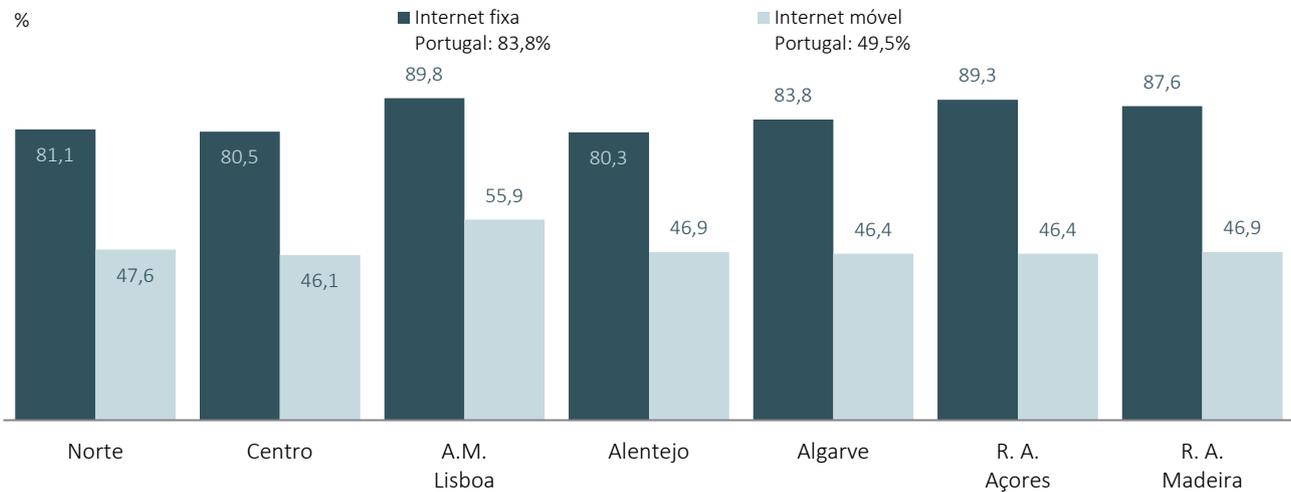
As ligações à internet em casa que usam tecnologias fixas (83,8%), continuam a ser predominantes na casa das famílias portuguesas, contrastando com as ligações de tecnologia móvel (49,5%).

Para ambas as tecnologias é entre as famílias com crianças que se encontram proporções mais elevadas de acesso tanto a internet fixa (95,7%) como internet móvel (60,7%), assim como entre as famílias com maiores rendimentos (5.º quintil), nas quais 92,7% tem acesso a internet fixa e 59,0% têm internet móvel.

Por região NUTS II, as proporções de agregados com ligação fixa à internet variam entre 80,3% no Alentejo e 89,8% na Área Metropolitana de Lisboa. Na ligação móvel, registam-se proporções entre 46,1% na região Centro e 55,9% na Área Metropolitana de Lisboa.



Figura 21. Proporção de agregados familiares com ligação fixa e com ligação móvel à internet em casa, NUTS II, 2023



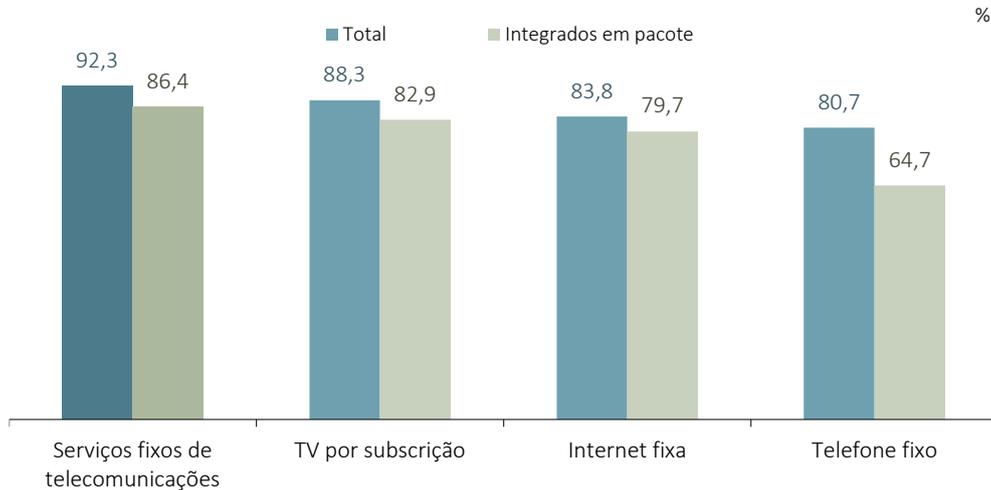
Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias.

92,3% das famílias em Portugal têm pelo menos um serviço fixo de telecomunicações em casa, principalmente TV por subscrição

Em 2023, 92,3% das famílias em Portugal têm pelo menos um serviço fixo de telecomunicações instalado em casa e para 86,4% os serviços fixos existentes estão integrados num pacote com outros serviços de telecomunicações (fixos ou móveis). Seja com ou sem integração em pacote, a subscrição de um serviço de televisão é a situação mais frequente na casa das famílias portuguesas (88,3% no total e 82,9% nas famílias com serviços integrados em pacote), seguindo-se a internet fixa (83,8% e 79,7%, respetivamente) e, em último lugar, o telefone fixo (80,7% e 64,7%, respetivamente).



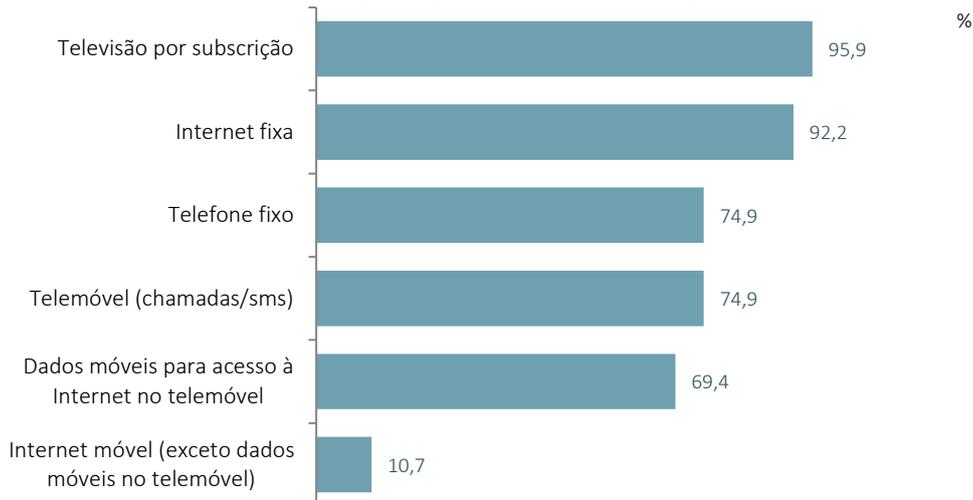
Figura 22. Proporção de agregados domésticos com serviços fixos de telecomunicações em casa, por tipo de serviço, Portugal, 2023



Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias.

Entre as famílias que têm serviços de telecomunicações integrados em pacote, a televisão por subscrição e a internet fixa são os principais serviços incluídos, com proporções acima dos 90%: 95,9% para a televisão e 92,2% para a internet fixa.

Figura 23. Proporção de agregados domésticos com serviços fixos de telecomunicações integrados em pacote, por tipo de serviço integrado em pacote, Portugal, 2023



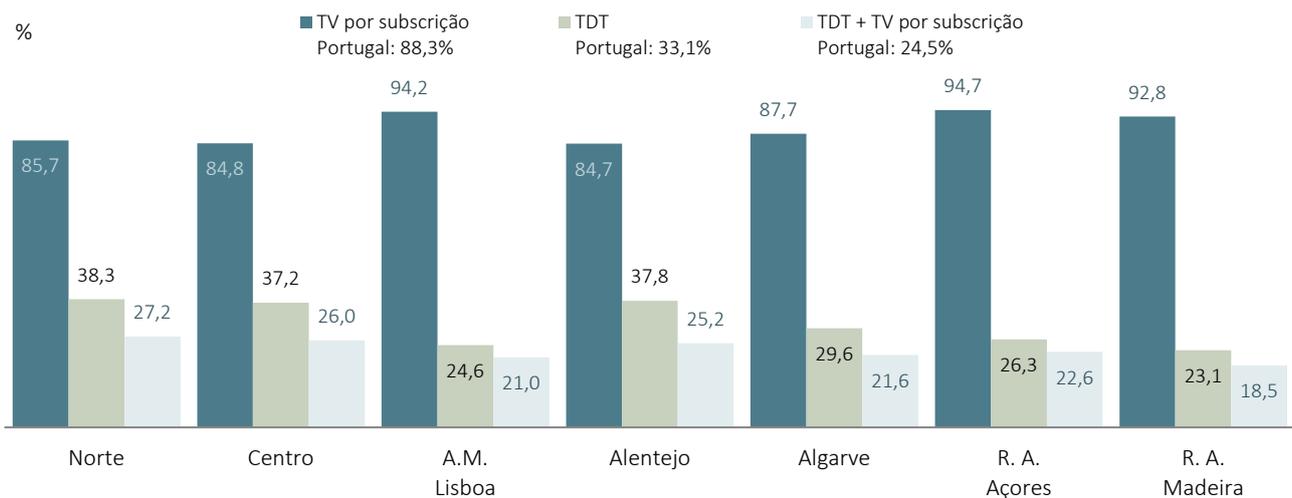
Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias.



Aproximadamente três quartos (74,9%) dos agregados com pacote de telecomunicações dispõem, em idênticas proporções, de telefone fixo e de serviço telefónico da rede móvel para chamadas e SMS, integrados em pacote. Para mais de metade dos agregados que têm pacote de telecomunicações (69,4%), os dados móveis para acesso à internet no telemóvel também estão incluídos em pacote. O serviço que menos surge incluído em pacote é a internet móvel (dados móveis disponibilizados por *pen*, router ou cartão SIM), com apenas 10,7% destes agregados a indicarem ter este serviço integrado.

A subscrição do serviço de televisão, independentemente de estar ou não integrado em pacote, é mais frequente entre as famílias que residem na Região Autónoma dos Açores (94,7%) e na Área Metropolitana de Lisboa (94,2%). Acima da referência nacional (88,3%) encontram-se ainda a Região Autónoma da Madeira (92,8%) e o Algarve (87,7%).

Figura 24. Proporção de agregados domésticos com televisão por subscrição e com Televisão Digital Terrestre (TDT), NUTS II, 2023



Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias.

No total do país, 33,1% das famílias têm acesso à TDT na sua residência principal, sendo este acesso mais frequente nos agregados das regiões Norte (38,3%), Alentejo (37,8%) e Centro (37,2%). O acesso à TDT, ou seja, o acesso a uma televisão que permita assistir à emissão de canais generalistas nacionais em direto e gratuitamente através de sinal TDT é menor nas quatro regiões em que a subscrição do serviço de televisão por subscrição é mais abrangente.

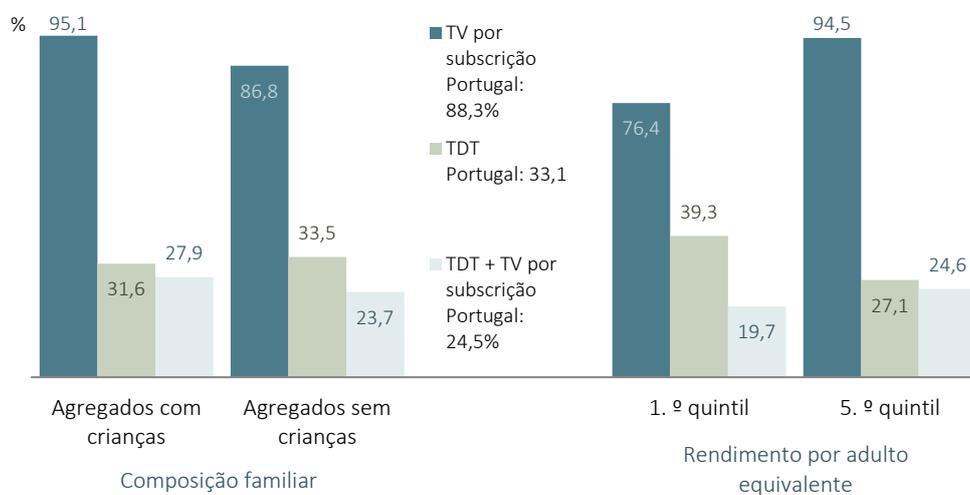
O acesso simultâneo aos dois serviços (subscrição de TV e TDT) acontece mais frequentemente nas regiões em que o acesso à TDT é superior: Norte (27,2%), Centro (26,0%) e Alentejo (25,2%).



O acesso à TDT predomina entre as famílias sem crianças e de menores rendimentos

O acesso à televisão por subscrição é mais frequente entre as famílias com crianças (95,1%) e nas famílias com maiores recursos (94,5%), ao contrário da TDT que predomina nas famílias sem crianças (33,5%) e nas famílias com menores recursos (39,3%).

Figura 25. Proporção de agregados domésticos com televisão por subscrição e com Televisão Digital Terrestre (TDT), por composição familiar e quintis de rendimento por adulto equivalente, 2023



Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias.

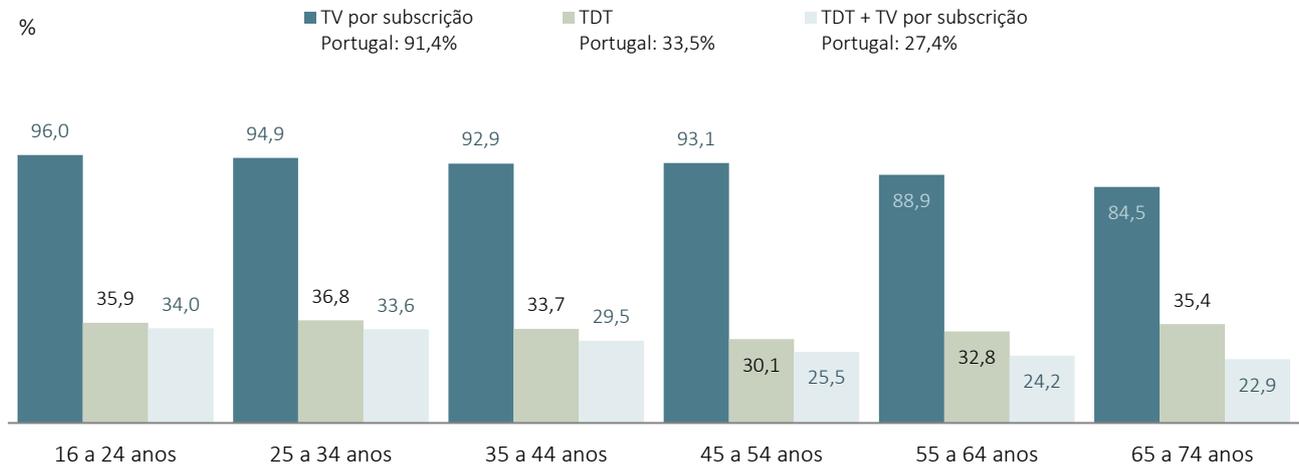
Analisando a distribuição destes indicadores relativos a televisão (TV por subscrição, TDT e TDT + TV por subscrição) entre os indivíduos dos 16 aos 74 anos verifica-se que 91,4% têm TV por subscrição em casa, 33,5% dispõem de TDT e 27,4% dispõem de ambos os sistemas de televisão (TDT + TV por subscrição).

As proporções de pessoas que têm televisão por subscrição em casa são menores para os grupos etários mais avançados, abrangendo apenas 84,5% da população dos 65 aos 74 anos, ou seja, menos 11,5 pontos percentuais do que o registado para o grupo dos 16 aos 24 anos (96,0%). No caso do acesso à TDT, as proporções diminuem ao longo dos grupos etários até aos 44 anos, de 35,9% aos 16-24 anos para 30,1% aos 45-54 anos, mas são maiores nos dois grupos subseqüentes (atingindo 35,5% para a população dos 65 aos 74 anos).

O acesso simultâneo aos dois sistemas de televisão em casa é mais frequente nas pessoas dos grupos etários mais jovens: 34,0% aos 16-24 anos, 33,6% aos 25-34 anos e 29,5% aos 35-44 anos.



Figura 26. Proporção de pessoas dos 16 aos 74 anos com televisão por subscrição e com Televisão Digital Terrestre (TDT), por grupo etário, 2023



Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias.



NOTA METODOLÓGICA

Os indicadores apresentados neste destaque foram construídos a partir dos dados do Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias (IUTICF), realizado anualmente pelo INE desde 2002 (a partir de 2006 de acordo com regulamentação comunitária específica e em conformidade com o Regulamento (UE) 2019/1700 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de outubro de 2019).

O IUTICF é um inquérito anual com base numa amostra representativa dos agregados familiares residentes em Portugal com pelo menos um indivíduo com idade dos 16 aos 74 anos.

A amostra foi dimensionada e estratificada por NUTS II de forma a produzir estimativas representativas para Portugal Continental e para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Não obstante, para outros níveis de desagregação (não necessariamente geográficos), a representatividade é avaliada em função dos erros amostrais associados.

As estimativas apresentadas foram obtidas a partir de uma amostra de 7 672 agregados domésticos com pelo menos uma pessoa com idade dos 16 aos 74 anos e igual número de pessoas nesse âmbito etário.

Os indicadores relativos a comércio eletrónico, utilização da internet e competências TIC referem-se em geral aos 3 meses anteriores à entrevista. Os indicadores relativos ao contacto com organismos públicos e Identificação Eletrónica referem-se aos 12 meses anteriores à entrevista, e os resultados sobre o acesso à internet e a serviços de telecomunicações em casa referem-se ao momento da entrevista. A recolha dos dados deste inquérito decorreu de 4 de maio a 31 de julho de 2023.

A realização do IUTICF em 2023 foi cofinanciada pela União Europeia.

CONCEITOS

AGREGADO DOMÉSTICO PRIVADO – Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco; ou a pessoa que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros, não satisfaz a condição anterior.

BANDA LARGA – Ligação que permite veicular, a grande velocidade, quantidades consideráveis de informação, como por exemplo, imagens televisivas. Os tipos de ligação que fornecem ligação em banda larga são: XDSL (ADSL, SDSL, etc.), cabo, UMTS ou outras como satélite.

COMÉRCIO ELETRÓNICO – Operação comercial/financeira conduzida através de redes baseadas no protocolo IP (*Internet Protocol*) ou de outras redes eletrónicas mediadas por computador. Os bens e serviços são encomendados através dessas redes, mas o pagamento e a entrega podem ser feitos online ou off-line. Encomendas recebidas através de telefone, fax ou e-mail (não automático), não são consideradas comércio eletrónico. Notas: se o sistema de e-mail utilizado consistir na transmissão de uma mensagem automática, isto é, de computador para computador, sem intervenção humana, então considera-se comércio eletrónico.



CORREIO ELETRÓNICO – Sistema que permite o envio de mensagens por computadores inseridos em redes de comunicação ou por outro tipo de equipamento de comunicações.

INTERNET – Ligação ao conjunto de redes informáticas mundiais interligadas pelo protocolo TCP/IP - *Transmission Control Protocol/Internet Protocol*, onde se localizam servidores de informação e serviços (FTP, WWW, E-mail, etc.).

INTERNET BANKING – Serviço concebido para ajudar o utilizador a gerir facilmente as suas contas bancárias. Utiliza as tecnologias da Internet e permite ao utilizador ter acesso a informação sobre as suas contas, transferir dinheiro entre contas, efetuar pagamentos e desempenhar outras tarefas numa base de autosserviço.

REDE SOCIAL – Conjunto de sites que privilegia a formação de comunidades virtuais com interesses comuns.

RENDIMENTO EQUIVALENTE – resultado obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de “adultos equivalentes”, utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE. Nota: “Adultos equivalentes” é uma unidade de medida da dimensão dos agregados que resulta da aplicação da escala modificada da OCDE.

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO (TIC) – Ramo da ciência da computação e da sua utilização prática que tenta classificar, conservar e disseminar a informação. É uma aplicação de sistemas de informação e de conhecimentos em especial aplicados nos negócios e na aprendizagem. São os aparelhos de hardware e de software que formam a estrutura eletrónica de apoio à lógica da informação.

WEBSITE – É uma página (web page) ou um conjunto de páginas programadas que são executadas através de um Browser (Internet Explorer, Netscape, etc.). A cada web page é atribuído um endereço www (ex., www.organismo.pt) conhecido como URL (*Uniform Resource Locator*).